

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.968 - SP (2019/0005622-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : CLELIA DE MORAES
ADVOGADO : KLEBER ELIAS ZURI - SP294631

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, na vigência do CPC/2015, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que inadmitiu, com fundamento na Súmula 7/STJ, o seu Recurso Especial, de acórdão assim ementado:

"EXECUÇÃO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DESCONTO DO PERÍODO DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUSÊNCIA DE COMPENSAÇÃO NO TÍTULO EXECUTIVO OU FATO SUPERVENIENTE. OBEDIÊNCIA. COISA JULGADA.

- O magistrado, na fase de execução, está adstrito à imutabilidade da coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal) e ao conteúdo do título executivo.

- O título judicial em execução não determinou a compensação de eventuais parcelas atrasadas a serem pagas nos períodos em que a parte autora verteu contribuições à Previdência Social. Obediência à coisa julgada.

- A autarquia previdenciária dispunha das informações referentes ao recolhimento das contribuições previdenciárias pelo exequente já na fase de conhecimento, pois constavam da base de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS. Apelação do exequente provida" (fl. 77e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

- Inexistência de obscuridade, contradição ou omissão do julgado (art. 535 do CPC/73 e 1.022 do NCPC).

- Embargos de declaração rejeitados" (fl. 95e).

Sustenta a parte ora agravante, no Recurso Especial, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, contrariedade aos arts. 11, V, 46, 59 a 63 da Lei 8.213/91, 884 e 885, do Código Civil, 502 e 503 do CPC/2015. Argumenta, em síntese, que:

"Trata-se de Embargos à Execução na qual foi determinado o

pagamento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez durante período de trabalho remunerado.

Em face do v. acórdão foram opostos embargos declaratórios para suprir omissão, eliminar contradição e esclarecer obscuridade no tocante à aplicação da Lei 8.213/91.

Os embargos foram rejeitados, sem que houvesse qualquer manifestação sobre o alegado pelo INSS.

Insurge-se, dessa forma, a Autarquia Federal, com fundamento no artigo 105, III, a, da Carta Magna, contra os argumentos lançados no v. acórdão proferido pelo E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por violação de normas constitucionais.

(...)

O presente recurso deve ser conhecido e provido porque o v. acórdão recorrido viola os artigos 11, V, 46, 59 a 63 da Lei 8.213/91, os artigos 502 e 503 do Código de Processo Civil vigente, bem como os art. 884 e 885, do Código Civil.

Aplica-se, ainda, o art. 1025 no que tange ao prequestionamento, considerando incluído no acórdão os argumentos utilizados pelo recorrente nos embargos de declaração opostos.

Da decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região não cabe outro recurso na instância local, o que configura decisão de última instância (CRFB/1988, art. 105, III).

(...)

Depreende-se dos dispositivos legais supratranscritos que é impossível a concomitância de atividade remunerada com a percepção de benefício por incapacidade, devendo ser cancelado o benefício no período em que houve exercício de atividade laborativa.

Não obstante o comando legal e ter restado comprovado o exercício do trabalho pela parte autora, o v. acórdão admitiu a possibilidade de percepção do benefício sem desconto do período trabalhado.

No caso dos autos, restou comprovado que o segurado laborou durante o período de suposta incapacidade, não justificando o recebimento do salário cumulado com o benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

Assim, se afigura completamente incompatível com o recebimento, no mesmo período, de salários oriundos do exercício de atividade laborativa. Nesse sentido, verifique-se o seguinte julgado proferido pela C. Nona Turma desta E. Corte:

(...)

De clareza meridiana, os normativos acima transcritos impedem o enriquecimento injusto, entendido este como sendo o pagamento indevido de quantias, além de não ser possível o pagamento de benefício incapacitante no período laborado por expressa vedação legal (artigos 59 e 60, da Lei 8213/91).

Ademais, ressalte-se que o v. acórdão transitado em julgado em fase

de conhecimento não se manifestou sobre a questão do desconto do período laborado, razão pela qual inexistente coisa julgada nesse aspecto.

(...)

Com efeito, apenas as questões decididas fazem coisa julgada, o que não é o caso do desconto do período laborado.

Assim, mister o acolhimento do presente recurso reconhecendo nada ser devido ao exequente no período de labor efetivo e consequente percepção de salários, tendo em vista que o benefício por incapacidade se afigura substitutivo dos rendimentos decorrentes do trabalho" (fls. 99/104e).

Por fim, "requer o recorrente seja conhecido e provido esse recurso especial, eis que demonstrados os requisitos da alínea 'a', do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal, visto que o v. aresto recorrido contraria legislação federal" (fl. 104e).

Apresentadas contrarrazões (fls. 115/121e), o Recurso Especial foi inadmitido, na origem, advindo o presente Agravo.

Não foi protocolada contraminuta.

A irresignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia dos autos, deixou consignado, no que interessa:

"A Primeira Seção do Colendo Superior Tribunal de Justiça, em sessão de julgamento realizada em 27/06/2012, em sede de recurso representativo da controvérsia (Recurso Especial Repetitivo 1.235.513/AL, Rel. Min. Castro Meira), firmou orientação no sentido de que a compensação somente poderá ser alegada, em sede de embargos à execução, se houver impossibilidade da alegação no processo de conhecimento ou se fundar em fato superveniente à sentença, caso contrário haveria ofensa à coisa julgada.

Aplicando-se o referido entendimento sufragado pelo Superior Tribunal de Justiça, não é possível a compensação dos valores em atraso, ante a ausência de previsão no título executivo judicial do desconto de eventuais parcelas atrasadas a serem pagas nos períodos em que a parte autora verteu contribuições à Previdência Social como contribuinte individual.

Com efeito, a liquidação deverá sempre se ater aos termos e limites estabelecidos na r. sentença e no v. acórdão. Mesmo que as partes tivessem assentido com a liquidação, não estaria o Juiz obrigado a acolhê-la nos termos em que apresentada se em desacordo com a coisa julgada, com o que se impede 'que a execução ultrapasse os limites da pretensão a executar' (RTFR 162/37). Veja-se também: RT 160/138; STJ-RF 315/132.

Além disso, verifica-se que o embargante dispunha das informações referentes ao recolhimento das contribuições previdenciárias pelo exequente já na fase de conhecimento, pois constavam da base de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS (fls. 13/15).

Assim, tendo em vista que a autarquia previdenciária não requereu, durante a fase de conhecimento, o desconto do período em que a parte autora verteu contribuições à Previdência Social, nem comprovou fato superveniente à sentença, é indevida a compensação, ante ofensa à coisa julgada" (fl. 75e).

Do exame do excerto, verifica-se que o Tribunal **a quo** concluiu que:

"Além disso, verifica-se que o embargante dispunha das informações referentes ao recolhimento das contribuições previdenciárias pelo exequente já na fase de conhecimento, pois constavam da base de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS (fls. 13/15).

Assim, tendo em vista que a autarquia previdenciária não requereu, durante a fase de conhecimento, o desconto do período em que a parte autora verteu contribuições à Previdência Social, nem comprovou fato superveniente à sentença, é indevida a compensação, ante ofensa à coisa julgada".

O recorrente, no entanto, no Recurso Especial, não cuidou de impugnar o acórdão quanto à afirmação acima demonstrada.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-los mantidos.

Logo, sendo o fundamento suficiente para manter o julgado, fica inviabilizado o Recurso. A esse respeito, aplicável, por analogia, o enunciado da Súmula 283/STF, que assim dispõe:

"É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO A DECISÃO RECORRIDA ASSENTA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O RECURSO NÃO ABRANGE TODOS ELES".

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, conheço do Agravo, para negar provimento ao Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais

recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

